

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: O CASO NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ**CHARACTERIZATION OF PERMANENT EDUCATION IN FAMILY HEALTH STRATEGY: THE CASE IN THE PUBLIC HEALTH SCHOOL OF CEARÁ**Feitosa LS¹, Lima MS², Machado MFAS³, Costa CCC⁴, Pessoa VM⁵**RESUMO**

O estudo objetivou caracterizar as capacitações promovidas pela Escola de Saúde Pública do Ceará para a Estratégia Saúde da Família a partir da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) instituída pelo Ministério da Saúde em 2004. Trata-se de um estudo quantitativo descritivo, realizado na ESP-CE, no período de julho a setembro de 2010, a partir de documentos coletados na referida instituição, por meio de formulários. Os dados foram organizados em tabelas e analisados utilizando como base a PNEPS e artigos pertinentes da literatura referente ao tema. Quanto à oferta de cursos pela ESP-CE, a partir da instituição da Política, evidenciou-se que mais de 80% da formação era composta por cursos de curta duração e do total de cursos ofertados após 2004 menos de 10% destes teve como público alvo profissionais da Estratégia Saúde da Família. Esses achados indicam que no que se refere à formação dos profissionais ainda se faz necessários avanços quer sejam no âmbito das instituições formadoras, quer seja na compreensão da própria Política para que haja um preparo adequado desses profissionais para atuação na atenção integral à saúde.

DESCRITORES: Saúde. Estratégias. Família. Saúde da Família.

ABSTRACT

The study aimed to characterize the training promoted by the Public Health School (PHS) of Ceará for the Family Health Strategy based on the National Policy of Permanent Education in Health (NPPEH) instituted by the Ministry of Health in 2004. This is a quantitative-descriptive study carried out in the PHS-CE from documents collected in this institution through forms, from July to September 2010. The data was organized in tables and analyzed based on the NPPEH and relevant articles of the literature on the subject. As for the provision of courses offered by PHS-CE from the institution's Policy, it was verified that over 80% of the training consisted of short courses and from the total of courses offered after 2004 less than 10% of these had as target the public professionals of the Family Health Strategy. These results indicate that in terms of professional training is still needed progress either within the educational institutions or in understanding the Policy itself so that there is an adequate preparation of these professionals to work on comprehensive health care.

DESCRIPTORS: Health. Family. Family Health. Strategies.

¹Enfermeira. Especializanda em Saúde da Família, Mestranda em Ciências da Educação.

²Enfermeira. E-mail: mmariliasoares@hotmail.com.

³Enfermeira; Doutora em Enfermagem; Professora do Curso de Enfermagem da UNIFOR e da URCA; Docente da Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP-CE.

⁴Enfermeira; Mestre em Saúde Pública; Técnica do Sistema Municipal de Saúde-Escola de Fortaleza.

⁵Enfermeira, Doutoranda em Saúde Coletiva. UFC.

INTRODUÇÃO

Desde a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil pela Constituição Federal de 1988, paradigmas quanto ao desenvolvimento dos serviços de saúde são casualmente postos em debate, englobando, dentre outros assuntos, a questão da educação na saúde. Definição de políticas públicas e formulação de diretrizes curriculares têm sido algumas das ações para aproximar os campos teórico e prático com o objetivo de enfrentar os problemas advindos deste desenvolvimento. Nesse contexto, a capacitação dos profissionais tem sido uma das estratégias adotadas com o intuito não só educacional, mas também como mudança organizacional de melhoria global nos serviços de saúde.

A capacitação, no entanto, considerando seus moldes tradicionais baseados no “modelo escolar” - conhecida como “Educação Continuada”, sempre enfrentou dificuldades, apesar de que o aprendizado individual tenha ocorrido em alguns casos, este nem sempre se converteu em aprendizagem/mudança organizacional¹.

Evidências demonstram a dificuldade de passar da aplicação à prática e que o acúmulo de esforços e recursos não alcançam os resultados esperados¹, dado principalmente por representar uma continuidade do modelo escolar ou acadêmico, centralizado na atualização de conhecimentos, geralmente com enfoque disciplinar, em ambiente didático e baseado em técnicas de transmissão, com fins de atualização.

Com a transformação dos enfoques educativos nos últimos anos decorrente principalmente de formulações teóricas e aplicações práticas difundidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), mudanças significativas foram introduzidas no campo da educação na saúde, contrastando o modelo de “Educação Permanente em Saúde” (EPS) com os modelos tradicionais aplicados até então.

Este novo modelo instituído em 2004 pelo Ministério da Saúde, por meio da portaria nº. 198, conhecida como Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) supõe inverter a lógica do processo, que segundo este órgão deve “incorporar o ensino e o aprendizado à vida cotidiana das organizações e às práticas sociais e laborais, no contexto real em que ocorrem, modificando substancialmente estratégias educativas, a partir da prática como fonte de conhecimentos”¹.

Além disto, as pessoas devem figurar como atores reflexivos da prática e construtores do conhecimento e alternativas de ação, ao invés de receptores, evitando a fragmentação.

Apesar de recente, estudos e relatos de experiências bem sucedidas com a EPS já começam a aparecer, como é o caso do município de

Campinas-SP, onde estudos sobre as práticas e metodologias de EPS em um distrito do referido município revelam resultados positivos: “A EPS contribuiu para a solução de vários entraves gerenciais, mas especialmente fortaleceu a função de gestor local com foco na gestão do cuidado”².

Estudos no Estado do Paraná afirmam ainda que a avaliação da EPS apresenta certas peculiaridades, positivas e negativas, no que diz respeito aos resultados da EPS³. Os autores asseveram que “poucos Pólos estão conseguindo perceber a elevação dos padrões de qualidade na formação dos profissionais nos seus municípios de abrangência”. Isto indica que melhorias proporcionadas pela EPS já são visíveis, embora, segundo o autor, não se esteja efetivando a avaliação das possíveis mudanças nas ações dos trabalhadores de saúde e na relação teoria/prática ou formação/ação.

O Estado do Ceará conta atualmente com quatro escolas de saúde do SUS, distribuídas nas três macrorregiões de saúde: Fortaleza (Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP-CE), Sobral (Escola de Saúde da Família Visconde de Sabóia) e Cariri (Escola de Saúde Pública de Iguatu e Escola Técnica do SUS do Cariri, em Barbalha).

Nesse contexto, a Escola de Saúde Pública do Ceará figura como importante instrumento na melhoria da atenção à saúde e da qualidade de vida da população do Ceará desde a sua fundação, em 22 de julho de 1993, atuando na oferta de programas de formação, de educação permanente dos profissionais de saúde e na realização de pesquisas sobre temas relevantes em saúde pública.

Considerando o exposto, é importante ressaltar que o modelo assistencial do SUS, tem como base a Estratégia Saúde da Família (ESF), o que torna relevante o estudo da EPS nesse contexto, uma vez que está com seu foco nas famílias, considerando-as como sujeito de atenção, sobre as quais se deve ter pleno conhecimento dos problemas, o que exige uma nova abordagem para os profissionais de saúde e uma interação qualificada da equipe de saúde, ou seja, uma orientação dos serviços para as comunidades onde as famílias habitam⁴.

As concepções apresentadas sobre a EPS, tendo a ESP-CE como principal agente executor dessa política no Estado instigam alguns questionamentos, tais como - Qual o perfil da formação ofertada pela ESP-CE aos profissionais de saúde da família? E, como tem sido esta formação?

A resposta a estes questionamentos fornece informações essenciais a respeito dos cursos de formação ofertados pela ESP-CE, e, pode certamente produzir uma reflexão acerca desta.

A justificativa deste estudo está firmada na importância da EPS neste cenário, considerando “a qualidade na assistência à saúde e a humanização dos serviços têm ocupado espaço na agenda da

gestão municipal como meta prioritária para a consolidação do SUS⁵.

Desta maneira, o presente trabalho tem como objeto de estudo investigar a Educação Permanente em Saúde da referida instituição de formação no Ceará. Faz-se mister para compreender o atual cenário da EPS no Estado e fornece uma base relevante para uma avaliação mais ampla com base na Política Nacional de Educação Permanente.

Assim, o estudo foi conduzido pelo objetivo de caracterizar as capacitações promovidas pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) para a Estratégia Saúde da Família a partir da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, ou seja, utilizado quando se deseja assegurar a objetividade dos achados. Além disso, em relação aos procedimentos técnicos, se refere a uma pesquisa documental, realizada a partir de matérias que não receberam tratamento analítico⁶.

A pesquisa foi realizada na Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), com sede no Município de Fortaleza. Esta instituição foi criada em julho de 1993, através da Lei nº. 12.140, sob a forma de autarquia vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA-CE) e é credenciada pelo Conselho de Educação do Ceará como Instituição de Ensino Superior e para ministrar cursos profissionalizantes na área da saúde com sede no município de Fortaleza⁸.

Os dados foram coletados nos meses de julho a setembro de 2010. Para subsidiar a coleta, foram feitas visitas na instituição no sentido de uma aproximação com os documentos utilizados como fonte da pesquisa (fichas de egressos, Projeto Político Pedagógico e relação de cursos ministrados pela Escola). Em um segundo momento, levantou-se dados dos documentos a partir da aplicação de um formulário, que abordou aspectos referentes à modalidade de cursos, público alvo, carga horária, número de cursos ofertados, quantidade e procedência dos egressos e outras informações importantes para caracterizar a formação ofertada pela Escola.

Após a coleta, os dados foram organizados em tabelas e submetidos à análise com base na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, além de artigos pertinentes da literatura referente ao tema. As formações foram agrupadas de acordo com as modalidades ofertadas utilizando a nomenclatura utilizada pela própria Escola.

Esta pesquisa é parte integrante de um projeto financiado pelo Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS-2009), aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Saúde

Pública do Ceará, sob o número 182/2009, estando, portanto, em conformidade com os aspectos éticos que regem as pesquisas, onde os passos necessários para condução deste tipo de estudo foram formalizados.

RESULTADOS

A partir da pesquisa documental, foi obtido um banco de dados contendo informações sobre a oferta de cursos, modalidades, público alvo, carga horária, número de egressos, entre outras informações relevantes. Para uma melhor compreensão, esses dados foram sintetizados em tabelas.

A Figura 1 refere-se aos cursos ofertados pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) desde a sua criação, em 1993, até o final do ano de 2009, data base da pesquisa.

Figura 1

Caracterização dos cursos em relação à oferta da ESP-CE desde sua criação. Fortaleza-Ceará, 2010.

MODALIDADE DE CURSO	Nº.	%
CURSOS BÁSICOS/ATUALIZAÇÃO (ATÉ 80 HORAS)	246	86,9
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	23	8,1
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (DE 80 a 180 HORAS)	5	1,8
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	5	1,8
CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	3	1,4
RESIDÊNCIA	1	0,4
TOTAL	284	100,00

Já a Figura 2 traz a formação ofertada pela ESP-CE a partir da instituição da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), ou seja, 2004.

Figura 2

Perfil da formação ofertada pela ESP-CE a partir da implantação da PNEPS. Fortaleza-Ceará, 2010.

MODALIDADE DE CURSO	Nº.	%
CURSOS BÁSICOS/ATUALIZAÇÃO (ATÉ 80 HORAS)	135	81,3
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	21	12,7
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (DE 80 a 180 HORAS)	4	2,4
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	3	1,8
CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	2	1,2
RESIDÊNCIA	1	0,6
TOTAL	166	100,0

A Figura 3 agrupa a procedência desses egressos por macrorregião de saúde. O Estado do Ceará possui três macrorregiões de saúde, formadas por um conjunto de microrregiões que convergem para os pólos terciários de Fortaleza, Sobral e Cariri⁷. A primeira macrorregião (Fortaleza) abrange em sua extensão 99 municípios, enquanto a segunda (Sobral) possui 53 municípios e por fim a terceira (Cariri) com 32.

Figura 3

Quanto à oferta dos cursos por Macrorregião de Saúde, no período de 2004 a 2009. Fortaleza-Ceará, 2010.

MODALIDADE DO CURSO	MACRO 1	MACRO 2	MACRO 3	OUTROS ESTADOS /PAÍSES	NÃO IDENTIFICADOS
CURSOS BÁSICOS/ATUALIZAÇÃO (ATÉ 80 HORAS)	94	62	34	6	28
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (DE 80 a 180 HORAS)	2	1			2
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL					3
CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	1				1
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	14	11	3	5	1
RESIDÊNCIA					1
Total	111	74	37	11	36
% em relação ao total de cursos ofertados a partir de 2004	67%	45%	22%	7%	22%

Na Figura 3 pode-se evidenciar que a maior oferta dos cursos foi para a primeira macrorregião, ressaltando-se que outros estados foram contemplados com cursos ofertados pela ESP-CE.

Outro aspecto destacado neste estudo se refere à identificação dos cursos ofertados, a partir de 2004, cuja clientela fosse constituída por profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). Ressalta-se que os critérios utilizados para inclusão dos cursos na Tabela 4 foram a explicitude do foco na ESF contido no título do curso ou a participação dos profissionais da equipe mínima de saúde da família, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Figura 4

Quanto aos cursos ofertados pela ESP-CE aos profissionais da ESF a partir de 2004. Fortaleza-Ceará, 2010.

Nome do curso	Público alvo	Ofertas	Egressos
Atualização em sala de vacinas	Médicos, Enfermeiros e auxiliares de enfermagem que atuam na sala de vacinas.	3	1295
Curso de atenção integrada às doenças prevalentes na infância AIDRI	Médicos e enfermeiros do PSF	5	700
Curso introdutório saúde da família	Médicos e enfermeiros, odontólogos, assistente social, fisioterapeuta. E profissionais de saúde que atuam na saúde da família.	4	770
Curso de capacitação em saúde sexual e reprodutiva	Médicos, enfermeiros e odontólogos que atuam no PSF.	3	401
Curso básico de atenção à saúde mental	Médicos (psiquiatras e neurologistas) assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e enfermeiros. Profissionais da rede de atenção básica.	2	309
Lidernet módulo III - Desenvolvendo a prática da automotivação humana.	Liderança no âmbito federal, estadual e municipal do SUS. Profissionais do PSF e os demais profissionais interessados em liderança.	1	64
Lidernet módulo V - Administração de conflitos, negociação.	Liderança no âmbito federal, estadual e municipal do SUS. Profissionais do PSF e os demais profissionais interessados em liderança.	1	54
Curso de capacitação em atenção integral a saúde do adolescente para profissionais da saúde da família	Profissionais da saúde da família, técnicos dos CERES, técnicos de instituições formadoras.	2	135
Curso básico de aleitamento materno para residentes de enfermagem e medicina em saúde da família.	Residentes de enfermagem em saúde da família	1	6
Capacitação pedagógica para facilitadores de agentes de saúde.	Enfermeiro e agente comunitário de saúde.	1	85
Curso básico para auxiliar de consultório.	Atendentes de consultório dentário indicadas pelos gestores municipais para exercerem suas funções nas equipes de saúde bucal do PSF.	1	19
Curso de coleta, acondicionamento e transporte de material biológico (KFW)	Médicos, enfermeiros das unidades básicas de saúde.	1	42
Especialização em enfermagem em saúde da família (Igualu) (convênio firmado com a ESF)	Enfermeiros da rede básica de saúde	1	54
Especialização em saúde da família.	Médicos e enfermeiros	1	60
Total			3.994

Desta maneira, obtiveram-se os cursos ofertados pela ESP-CE a partir de 2004 com foco na

ESF, perfazendo um total de 3.994 egressos, dos quais 74% são do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (CTACS). Os 14 cursos apresentados com foco na ESF são, em sua maioria, de caráter básico, com carga horária inferior a 80 horas, excetuando-se às duas especializações que apresentam 600 horas cada.

Os dados apresentados no estudo estão a seguir discutidos e analisados sob a ótica da PNEPS e literatura pertinente.

DISCUSSÃO

Os resultados apontam que, em relação à modalidade de cursos, a Escola de Saúde Pública do Ceará tem capacitado ao longo de sua existência, um percentual significativo de profissionais de várias localidades do Estado e, até mesmo fora deste, em diversas modalidades de curso, mais expressivamente por meio de cursos básicos (com até 80 horas).

A literatura versa sobre essa elevada proporção de cursos de curta duração em diversas experiências de implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), a exemplo do Município de Juiz de Fora-Minas Gerais, onde foram realizados processos educativos atendendo as necessidades advindas da: clínica, comunidade, modelo assistencial, informática e gestão⁹. Há relatos também da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde a carga horária dos cursos variou de 16 a 32 horas¹⁰.

As vagas dos cursos de especialização são ofertadas em menor quantidade tendo em vista a carga horária elevada e a complexidade desses cursos. No entanto, em face das transformações científicas e sociais, verificou-se uma tendência no sentido de qualificar e especializar pessoas, tendo em vista que muitas vezes a formação da graduação não confere as competências necessárias para o desempenho das tarefas esperadas para os profissionais de saúde¹¹.

Quanto à formação de nível médio, pode-se verificar nas Diretrizes e Orientação para a Formação dos Trabalhadores de Nível Técnico no âmbito do SUS que a formação dos trabalhadores de nível médio é um componente decisivo para efetivação da Política Nacional de Saúde, capaz de fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor da saúde às demandas da população, tendo em vista o papel dos trabalhadores de nível técnico no desenvolvimento das ações e serviços de saúde¹. Nesse sentido, esta formação figura como um importante elemento na estrutura de formação dos profissionais da saúde.

Na segunda figura, apresentam-se os cursos ofertados pela ESP-CE após a instituição da PNEPS em 2004, permitindo, desta maneira, observar mudanças ocorridas no que diz respeito à proporção de modalidade de cursos ofertados pela

Escola. Notou-se que os cursos de longa duração (especialização) ocorreram em sua maioria após o ano de 2004, o que evidencia esforços para uma oferta de cursos de caráter mais permanente.

Com a instituição da PNEPS, o paradigma de educação na saúde sofreu mudanças significativas. Os treinamentos pontuais, fragmentários que sobrepujam a técnica aos processos, também foram interrompidos, uma vez que esses já não serviam às mudanças necessárias no compromisso das instituições de ensino com a sociedade ou à reorientação dos cursos de formação para sua efetiva apropriação do SUS. O objetivo agora é formar atores comprometidos, e não unicamente profissionais instruídos sobre o tema objeto das capacitações¹².

Isto nos leva a inferir que a política de formação adotada pela ESP-CE não está em concordância com o proposto pela PNEPS com relação à modalidade de cursos, tendo em vista que o caráter básico de curta duração ainda prevalece como a principal estratégia de formação, embora tenha sido ofertada alguns cursos de longa duração (especialização).

Segundo essa perspectiva, quanto aos cursos de especialização, há mudanças significativas após a Política, pois a exceção de dois cursos, os demais foram ofertados a partir de 2004.

No que se refere à oferta de cursos apresentada na Figura 3, percebe-se que a ESP-CE contempla todas as macrorregiões do Estado do Ceará (por existirem outras três escolas no Estado), embora a maior demanda de alunos seja proveniente da Macrorregião de Fortaleza. Acredita-se que isso se deve ao fato desta macrorregião possuir maior quantidade de municípios e também ao fato da ESP-CE estar sediada nessa região e ser responsável pelos cursos dessa macrorregião.

Com base nos cursos ofertados pela ESP-CE a partir da instituição da PNEPS, observa-se na Figura 4 que o número de cursos direcionados aos profissionais da ESF é pequeno se confrontado com os parâmetros fornecidos pela própria Política.

Os resultados apontam que dos 166 cursos ofertados desde 2004, apenas 14 têm foco na ESF. Desses cursos, 12 são de curta duração e dois são especializações de 600 horas.

A partir dessa observação, visualiza-se que a ESP-CE, apesar de ofertar algumas formações de caráter mais permanente, como é o caso das duas especializações em Saúde da Família e do Técnico em ACS, ainda apresenta uma formação centrada em cursos de curta duração.

Acredita-se, contudo, que o número de cursos para essa clientela pode ser maior, no entanto não foram incorporados aos resultados da Figura 4 por não estar explicitamente visível na identidade do curso, ou na especificação do público alvo ou ainda por não ter sido ofertado a partir de 2004, uma vez que esses foram os critérios para a

composição da referida tabela.

Os cursos direcionados a essa clientela caracterizam um dos preceitos apontados pela PNEPS, ao afirmar o caráter permanente dos cursos ofertados para a ESF, enfatizando a abertura e/ou expansão de cursos de especialização em Saúde da Família, bem como de Residências Multiprofissionais em Saúde da Família, como afirma a PNEPS, "Abertura e/ou expansão de Cursos de Especialização em Saúde da Família e outros; Expansão ou Implantação de Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Residências Integradas em Saúde; [...] Cursos em temas prioritários como a atenção integral em todas as fases da vida e do desenvolvimento conforme as necessidades estabelecidas a partir do perfil demográfico e epidemiológico locorregional e de formação dos trabalhadores [...]. Desenvolvimento de estratégias humanizadas e regulares para referência e contra referência, organizando a rede como uma malha ininterrupta de cuidados profissionais."¹³.

Conforme mencionam os relatórios das Conferências Nacionais de Recursos Humanos em Saúde, a importância dessa modalidade de curso tem valor imprescindível, uma vez que o perfil dos profissionais recém formados não é adequado o suficiente para prepará-los para uma atuação na perspectiva da atenção integral à saúde e de práticas que contemplem ações de promoção, proteção, prevenção, atenção precoce, cura e reabilitação¹⁴.

No Brasil, a implantação de cursos de especialização na área de saúde como estratégia de fortalecimento de políticas públicas é uma prática habitualmente utilizada pelo Ministério da Saúde. Assim, os cursos de Especialização e Residência Multiprofissional em Saúde da Família foram concebidos para dar suporte teórico prático aos profissionais já inseridos nas equipes e oferecer, em especial, aos recém egressos dos cursos de Medicina e Enfermagem, uma formação mais voltada às necessidades da ESF.

CONCLUSÃO

Evidenciou-se nesse estudo que o modelo de formação ofertada pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) tem tido uma tendência de cursos de curta duração. No que se refere ao objetivo dos cursos, dos 166 ofertados a partir de 2004, somente 14 foram identificados como cursos voltados para a Estratégia Saúde da Família (ESF), a partir do que é preconizado pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

Em relação à modalidade dos cursos destinados à ESF, observa-se que 12 foram de curta duração e dois de especialização, o que mantém a perspectiva de que a maioria desses cursos ainda apresenta um forte caráter fragmentado.

Com relação à procedência desses egressos, foi identificado que a maior composição está relacionada a profissionais provenientes da primeira macrorregião de saúde, composta por 99 municípios, na qual está sediada a ESP-CE.

Esses achados indicam a necessidade de avanços, quer seja no âmbito das instituições formadoras, quer seja na compreensão da própria Política de Educação Permanente, para que haja um preparo adequado desses profissionais para atuação na atenção integral à saúde.

Algumas dificuldades encontradas no decorrer do estudo se referem ao registro das formações ofertadas pela ESP-CE, uma vez que há uma grande quantidade de cursos, cujos registros não expressam o público beneficiado, nem há explícito no título do curso a quem este se dirige, por exemplo, aos profissionais da Estratégia Saúde da Família.

Recomenda-se, portanto, realizar um estudo para caracterizar o perfil dos egressos formados pela ESP-CE, entendendo que este objeto é de suma importância para uma melhor aproximação com a formação ofertada pela escola além de estudo sobre as propostas de formação (currículos).

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente na Saúde. Brasília, 2009.
2. Ribeiro, A. A.; SMEK, Elizabeth de Leone Monteiro. Atividades de Educação Permanente em saúde no SUS-Campinas – Distrito Sul: Estrutura, processo e resultados. Campinas. 2009.
3. Blum, D. P. T., Avaliação dos Pólos de Educação Permanente em Saúde do Paraná: Entre Políticas e Práticas. Revista emancipação, 7(2): 157-180, 2007.
4. Heimann L. S.; Mendonça, M. H. A trajetória da atenção básica em saúde e do programa saúde da família no SUS: uma busca de identidade. In: LIMA, N. T et. al (Org.). Saúde e democracia: histórias e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 481-502.
5. Farah, B. F. Educação em serviço, educação continuada, educação permanente em saúde: sinônimos ou diferentes concepções? Rev. APS. NATES/UFJF. 2003; 6(2): 123-125.
6. Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
7. Ceará. Secretaria Estadual de Saúde do Ceará. Plano Estadual de Saúde 2007-2010. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, 2008. Acessado em 7 de Mar. de 2010. Disponível em: <http://www.saude.ce.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=207>.
8. Andrade, C. R.; et al. Educação Permanente em Saúde: uma experiência bem sucedida na integração do Ensino-Serviço-Comunidade. Acesso em 16 de Fev. 2010. Disponível em <www.saudebrasilnet.com.br/saude/trabalhos/011s.pdf>
9. Carneiro, et al. Educação permanente em saúde no desenvolvimento organizacional do serviço de enfermagem da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Revista Paraense de Medicina Vol. 20(4) outubro-dezembro 2006.
10. Almeida, M. J. Educação permanente em saúde: um compromisso inadiável. Olho Mágico 1997; 5(14): 41-7.
11. Ceccim, R. B. Educação Permanente em Saúde: Descentralização e disseminação da capacidade pedagógica na saúde. Rev. Ciência & Saúde Coletiva 2005, n.10(4): 975-986.
12. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer Nº. 19, de 8 de agosto de 2004: Proposta de habilitação técnica para a profissão de Agente Comunitário de Saúde. Brasília (DF). 2004.
13. Brasil. Ministério da Saúde. Princípios e diretrizes para a NOB/RH – SUS. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde; 2002.

Fonte financiadora:

Esta pesquisa é parte integrante de um projeto financiado pelo Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS-2009).

Endereço para Correspondência:

Lucimaria de Souza Feitosa

Rua Saldanha Marinho, 638/101, Fátima
CEP 60040-280, Fortaleza, Ceará
E-mail: lucimara_unic@hotmail.com

Marília Soares Lima

Rua Germano Franck, 1005/204, Bl. C, Parangaba
CEP 60740-020, Fortaleza, Ceará
E-mail: mmariasoares@hotmail.com

Maria de Fátima Antero Souza Machado

Rua Nunes Valente, 3350/801, Dionísio Torres
CEP 60125-071, Fortaleza, Ceará
E-mail: fatimaantero@uol.com.br

Carmem Cemires Cavalcante Costa

Rua Machado de Assis, 775/504, Damas

CEP 60426-000, Fortaleza, Ceará

E-mail: carmem.cemires@gmail.com

Vanira Matos Pessoa

Rua Nogueira Acioli, 1481/403, Bl. A, Centro

CEP 60110-141, Fortaleza, Ceará

E-mail: vaniramatos@yahoo.com.br